



## SAÚDE PÚBLICA

# Produto da Ypê continua proibido, adverte Anvisa

Lava louças e desinfetantes dos lotes terminados em 1, fabricados na unidade de Amparo (SP), permanecem impedidos de circular. Diretoria colegiada da agência também afasta (e critica) acusações de que perseguiu politicamente a empresa fabricante

» RAFAELA BOMFIM\*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu, ontem, manter a suspensão da fabricação, comercialização, distribuição e uso de produtos da marca Ypê com lotes terminados em 1. A medida foi confirmada na reunião extraordinária da diretoria colegiada da agência e restabelece os efeitos da Resolução 1.834, que havia sido suspensa temporariamente após recurso apresentado pela empresa.

Com a nova decisão, seguem proibidos detergentes, lava-louças, lava-roupas líquidos e desinfetantes produzidos na unidade da empresa em Amparo, no interior de São Paulo. O recolhimento dos produtos, porém, continuará suspenso até que a companhia apresente um plano de rastreabilidade e mitigação de riscos aprovado pela Anvisa.

A agência afirmou que identificou “falhas graves e sistêmicas” em etapas consideradas críticas do processo produtivo. Entre os problemas apontados estão deficiência no controle de qualidade, ausência de validação de processos, monitoramento microbiológico inadequado, fragilidade na rastreabilidade e falhas em ações corretivas adotadas pela fabricante.

Na sessão, o diretor Daniel Pereira declarou que a própria empresa reconheceu mais de 100 lotes com resultados microbiológicos insatisfatórios. Segundo ele, a fábrica trabalha atualmente na implementação de 239 ações corretivas relacionadas às exigências sanitárias identificadas em inspeções realizadas entre 2024 e 2025.

“A agência não pauta suas decisões por critérios políticos, mas pela responsabilidade sanitária que possui com a população”, afirmou Daniel Pereira durante a votação.

A ressalva foi feita porque, na semana passada, bolsonaristas acusaram a Anvisa de agir politicamente e perseguir a Ypê pelo fato de que integrantes da família controladora da Química Amparo contribuíram com a reeleição de Jair Bolsonaro, em 2022. Segundo

Reprodução/Redes sociais



Na decisão de ontem, diretoria da Anvisa aproveitou para criticar as acusações dos bolsonaristas de que estava perseguindo a fabricante

### O que está vetado\*

- » Lava Louças Ypê Clear Care
- » Lava Louças com enzimas ativas Ypê
- » Lava Louças Ypê
- » Lava Louças Ypê Toque Suave
- » Lava Louças concentrado Ypê Green
- » Lava Louças Ypê Clear
- » Lava Louças Ypê Green
- » Lava Roupas Líquido Tixan Ypê Combate Mau Odor
- » Lava Roupas Líquido Tixan Ypê Cuida das Roupas
- » Lava Roupas Líquido Tixan Ypê Antibac
- » Lava Roupas Líquido Tixan Ypê Coco e Baunilha
- » Lava Roupas Líquido Tixan Ypê Green
- » Lava Roupas Líquido Ypê Express
- » Lava Roupas Líquido Ypê Power ACT
- » Lava Roupas Líquido Ypê Premium
- » Lava Roupas Tixan Maciez
- » Lava Roupas Tixan Primavera
- » Lava Roupas Tixan Power ACT
- » Desinfetante Bak Ypê
- » Desinfetante de uso geral Atol
- » Desinfetante Perfumado Atol
- » Desinfetante Pinho Ypê

\*Todos os produtos citados possuem lotes terminados em 1, conforme determinação da Anvisa.

dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), membros da família Beira doaram juntos R\$ 1 milhão. Apoiadores do ex-presidente postaram vídeos nas redes sociais usando produtos da marca

em reação à falsa atuação política da agência.

A fiscalização ocorreu entre 27 e 30 de abril em uma ação conjunta da Anvisa, do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo e

da Vigilância Sanitária municipal de Amparo. De acordo com os técnicos que participaram da operação, as irregularidades encontradas indicaram comprometimento amplo dos processos de fabricação.



**A agência não pauta suas decisões por critérios políticos, mas pela responsabilidade sanitária que possui com a população\***

**Daniel Pereira,**  
integrante da diretoria colegiada da Anvisa

peças imunocomprometidas. O diretor Thiago Campos afirmou que a atuação da Anvisa ocorreu de forma preventiva diante do risco identificado. “A proteção da saúde coletiva deve prevalecer até que haja segurança suficiente sobre a restauração das condições adequadas de controle e qualidade”, frisou.

A Anvisa informou ainda que recebeu denúncias relacionadas à fabricante por meio do sistema Fala BR, entre outubro de 2025 e março de 2026. A agência afirmou, porém, que a fiscalização estava programada antes das representações e destacou que procedimentos desse tipo fazem parte da rotina da vigilância sanitária.

A Ypê informou que seus produtos são seguros e declarou que vem colaborando com as autoridades sanitárias. Em nota, a empresa afirmou que decidiu manter paralisada parte da produção da fábrica de líquidos para acelerar a implementação das medidas corretivas exigidas pela fiscalização.

A companhia também afirmou que a segurança dos consumidores segue como prioridade e informou que continuará apresentando documentos e argumentos técnicos no recurso administrativo que ainda será analisado pela Anvisa.

\*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

### “Risco sanitário alto”

A diretora Daniela Marreco afirmou que os fiscais identificaram “um cenário de falhas múltiplas e recorrentes nas boas práticas de fabricação”. Segundo ela, a situação representava “risco sanitário alto” por envolver problemas simultâneos em barreiras consideradas essenciais para garantir a segurança dos produtos utilizados pelos consumidores.

A discussão sobre possível contaminação microbiológica ganhou força após a confirmação da presença da bactéria “Pseudomonas aeruginosa” em diversos lotes produzidos pela empresa em 2025. O microrganismo é conhecido pela resistência a antibióticos e pode causar infecções urinárias, respiratórias, dermatites e conjuntivites, especialmente em

## CASO MARIELLE

# Moraes vota para tornar réus 3 policiais

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem para tornar réus três policiais por associação criminosa e obstrução de justiça no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O magistrado acolheu a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os delegados Rivaldo Barbosa de Araújo Júnior e Ginton Lages, além do comissário da Polícia Civil Marco Antonio de Barros Pinto.

Neste novo processo, a PGR apontou que os agentes atuaram na Polícia Civil fluminense para atrapalhar investigações de homicídios e garantir a impunidade de milicianos e contraventores, incluindo os envolvidos no caso de Marielle e Anderson, em março de 2018. Rivaldo assumiu a chefia da Polícia Civil do Rio um dia antes do crime e, logo após os homicídios, nomeou Ginton para comandar

diretamente as investigações sobre o caso na Delegacia de Homicídios (DH), onde o comissário Antonio já atuava.

A PGR afirma que os policiais desviaram deliberadamente o rumo das investigações para incriminar falsamente o miliciano Orlando Oliveira de Araújo, o Orlando Curricica, e o ex-vereador Marcelo Siciliano, mesmo após outros delegados alertarem que não havia provas contra eles. Segundo a acusação, informações que apontavam para Ronnie Lessa e os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão teriam sido ignoradas por Rivaldo, Ginton e Marco.

De acordo com a denúncia, Ginton tentou pressionar Curricica a confessar participação no assassinato e acusar Siciliano como mandante. Em troca, teria prometido benefícios judiciais para o miliciano. Caso recusasse, seria responsabilizado por diversos homicídios e transferido ao sistema

Tomaz Silva/Agência Brasil



Rivaldo estaria à frente do esquema de acobertamento do assassinato

penitenciário federal.

Os policiais são acusados de ocultar e perder provas importantes do caso. Entre os exemplos citados estão o desaparecimento de um celular apreendido ligado à investigação e a falta de recolhimento de imagens de câmeras de segurança na rota de fuga dos assassinos. A denúncia afirma ainda que algumas gravações chegaram a ser mantidas ocultas pela equipe

responsável pelo inquérito.

Em 25 de fevereiro, o STF condenou por unanimidade os irmãos Brazão, além de Ronald Alves de Paula, Robson Calixto e também Rivaldo Barbosa por arquitetar, ordenar e tentar acobertar os assassinatos de Marielle e Anderson. Esse foi o primeiro desfecho do caso, 2.905 dias após o crime que ceifou a tiros de submetralhadora a vida da parlamentar e do seu motorista.

## VIOLÊNCIA

# Menina de 12 anos diz ter sido estuprada por 8

Uma menina de 12 anos denunciou ter sido vítima de estupro coletivo com a participação de oito adolescentes, na quarta-feira, em Campo Grande, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) de Campo Grande. A criança foi encaminhada para exames e recebe atendimento psicossocial.

De acordo com a Polícia Civil fluminense, o crime foi denunciado pela mãe da vítima, que procurou a polícia. “A partir da comunicação do crime, a unidade iniciou imediatamente um intenso trabalho investigativo e, em poucas horas, conseguiu identificar todos os oito menores envolvidos”, diz em nota. Os supostos infratores tiveram as identidades preservadas por serem menores de idade.

Em fevereiro, cinco jovens, um deles menor de idade, foram acusados de estupro de uma garota de

17 anos, no apartamento de um deles, em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O fato ocorreu em janeiro. A vítima foi convidada pelo menor de 17 anos para ir ao apartamento e lá, quando estavam no quarto, ele permitiu a entrada dos outros, sem consentimento dela. Todos a estupraram, segundo a denúncia.

Os adultos são Bruno Felipe dos Santos Allegretti (18 anos), João Gabriel Xavier Bertho (19), Matheus Verissimo Zoel Martins (19) e Vitor Hugo Oliveira Simonin (18), filho de José Carlos Costa Simonin, ex-subsecretário de Governança, Compliance e Gestão Administrativa da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Rio de Janeiro. O adolescente foi condenado à medida de internação por um período inicial de seis meses. A defesa dos acusados nega a participação deles no crime.